

ROLF MADALENO

Advogado. Professor de Direito de Família e Sucessões
na Pós-Graduação da PUC-RS. Mestre em Direito Processual
Civil pela PUC-RS. Diretor Nacional do IBDFAM.
Membro da AIJUDEFA (Asociación Internacional de
Juristas de Derecho de Familia).

www.rolfmadaleno.com.br

@rolfmadaleno

ALIMENTOS COMPENSATÓRIOS



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 08.03.2023
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2023 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Daniel Kanai
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

4286718

M151a
Madaleno, Rolf

Alimentos compensatórios: patrimoniais humanitários / Rolf Madaleno. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2023.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-65-5964-808-5

1. Alimentos (Direito de família) – Brasil. I. Título.

23-82802

CDU: 347.615(81)



Gabriela Faray Ferreira Lopes – Bibliotecária – CRB-7/6643

SUMÁRIO

.....

Capítulo 1 – Dos alimentos

1.1.	Conceito.....	1
1.2.	Espécies de alimentos	6
1.2.1.	O longo caminho a ser percorrido em prol da igualdade efetiva.....	9
1.2.2.	Binômio ou trinômio alimentar	12
1.2.3.	Alimentos provisórios.....	16
1.2.4.	Alimentos regulares ou definitivos.....	17
1.2.5.	Alimentos em espécie.....	20
1.2.6.	Alimentos <i>in natura</i>	22
1.2.7.	Alimentos do direito de família	24
1.2.8.	Alimentos da responsabilidade civil	27
1.2.9.	Alimentos do direito das sucessões	29
1.3.	Alimentos consanguíneos	32
1.3.1.	Reembolso de alimentos e gestão de negócios.....	33
1.3.2.	Alimentos gravídicos.....	37
1.3.3.	Alimentos avoengos	39
1.3.4.	Dever genérico de sustento	41
1.3.5.	Conceitos distintos entre dever e obrigação alimentar.....	41
1.4.	Alimentos entre cônjuges e conviventes.....	44
1.4.1.	Pensão alimentícia	49
1.4.1.1.	Necessidades ordinárias e extraordinárias	50
1.4.2.	Alimentos transitórios	54
1.4.3.	Alimentos compensatórios.....	57

1.5.	Alimentos entre colaterais.....	61
1.6.	A responsabilidade alimentar do Estado.....	63
1.7.	Características da obrigação alimentar	67
1.7.1.	Direito personalíssimo.....	68
1.7.2.	Transmissibilidade.....	68
1.7.3.	Divisibilidade	73
1.7.4.	Condicionalidade	75
1.7.5.	Reciprocidade.....	78
1.7.6.	Alternatividade	78
1.7.7.	Imprescritibilidade	79
1.7.8.	Incompensabilidade	81
1.7.9.	Irrenunciabilidade	84
1.7.10.	Impenhorabilidade	85
1.7.11.	Irrepetibilidade	86
1.8.	Alimentos e prisão civil	88
1.8.1.	Protesto por inadimplemento	91
1.8.2.	Outros meios coercitivos.....	93
1.8.2.1.	<i>Astreintes</i>	97
1.9.	Alimentos e prestação de contas	101
1.9.1.	Prestação de contas nos alimentos compensatórios ..	104
1.10.	Pensão alimentícia e tributação	109
1.11.	Revisão de alimentos.....	115
1.11.1.	Majoração	116
1.11.2.	Redução.....	120
1.11.3.	Extinção	121
1.11.4.	Exoneração	122
1.11.5.	Renúncia dos alimentos.....	124
1.11.6.	Artigo 13, § 2.º, da Lei 5.478/1968	128
1.11.7.	Súmula 621 do STJ	131

Capítulo 2 – Compensação econômica patrimonial

2.1.	O regime da separação de bens	138
2.2.	O esforço comum da Súmula 377 do STF.....	142

2.3.	A doutrina da sociedade de fato	143
2.4.	A jurisprudência do STJ	144
2.5.	O regime da separação de bens na legislação estrangeira.....	153
2.6.	Princípios que sustentam a comunidade de bens	155
2.7.	Novos câmbios sociais, novos direitos matrimoniais	157
2.7.1.	O artigo 1.438 do Código Civil espanhol	160
2.7.2.	Dever de contribuir para os encargos da vida familiar.....	163
2.8.	Quantificação da compensação econômica patrimonial	168
2.9.	A jurisprudência argentina sobre a compensação econômica .	175
2.10.	A jurisprudência brasileira sobre a compensação econômica..	176

Capítulo 3 – Dos alimentos compensatórios

3.1.	Introdução	179
3.2.	Conceito de alimentos compensatórios.....	190
3.2.1.	Natureza jurídica dos alimentos compensatórios	194
3.2.2.	A confusão entre alimentos compensatórios humanitários e patrimoniais e a pensão alimentícia	199
3.2.3.	Da restituição dos alimentos compensatórios	206
3.3.	Alimentos compensatórios patrimoniais	210
3.3.1.	A posse exclusiva dos bens comuns rentáveis.....	222
3.3.2.	Alimentos compensatórios e frutos dos bens comuns	227
3.3.3.	Autonomia privada e alimentos compensatórios.....	231
3.3.4.	Pacto antenupcial e alimentos compensatórios.....	236
3.3.5.	A entrega da renda líquida de bens comuns	248
3.3.6.	Bens conjugais rentáveis	250
3.3.7.	A renda líquida dos bens comuns como alimentos compensatórios	252
3.3.8.	O pagamento de alimentos a cargo da massa comum de bens	255
3.3.9.	Dívidas conjugais.....	257
3.3.10.	Fraude pelo falso débito.....	258
3.3.11.	Má administração.....	260
3.3.12.	Algumas medidas da tutela provisória.....	261

3.3.13.	Antecipação de tutela	262
3.3.14.	A entrega judicial antecipada da renda líquida de bens conjugais	263
3.3.15.	Alimentos compensatórios sobre rendas de sociedades simples.....	265
3.3.16.	A natureza jurídica dos lucros e dividendos e sua compensação na partilha.....	269
3.4.	Alimentos compensatórios humanitários	271
3.4.1.	Momento de verificação do desequilíbrio econômico...	277
3.4.2.	Limitação temporal dos alimentos compensatórios ..	282
3.4.3.	Critérios de fixação dos alimentos compensatórios ..	289
3.4.3.1.	Alimentos compensatórios em forma de capital	290
3.4.3.2.	Alimentos compensatórios em forma de prestações periódicas	292
3.4.3.3.	O regime de bens	294
3.4.3.4.	Alimentos compensatórios e tributação....	298
3.5.	Natureza jurídica dos alimentos compensatórios	304
3.5.1.	Assistencial	306
3.5.2.	Indenizatória	307
3.5.2.1.	A compensação econômica do direito francês	310
3.5.2.2.	A compensação econômica no direito alemão	312
3.5.2.3.	A compensação econômica do direito espanhol	314
3.5.2.4.	A compensação econômica no direito catalão	316
3.5.2.5.	A compensação econômica do direito cubano.....	318
3.5.2.6.	A compensação econômica do direito italiano.....	319
3.5.2.7.	A compensação econômica do direito chileno.....	319
3.5.2.8.	A compensação econômica do direito peruano.....	322

3.5.2.9.	A compensação econômica do direito romeno.....	325
3.5.2.10.	A compensação econômica do direito português.....	326
3.5.2.11.	A compensação econômica do direito brasileiro.....	327
3.5.3.	Características dos alimentos compensatórios.....	329
3.5.3.1.	Renunciabilidade.....	330
3.5.3.1.1.	Renúncia em pacto antenupcial.....	331
3.5.3.2.	Momento do estabelecimento.....	334
3.5.3.3.	Caducidade.....	336
3.5.3.4.	Substituição.....	338
3.5.3.5.	Depende de requerimento expreso.....	340
3.5.3.6.	Revisão.....	340
3.5.3.7.	Extinção.....	344
3.5.3.8.	Alimentos compensatórios e novo relacionamento afetivo.....	348
3.5.4.	Mutação de pensão alimentícia em alimentos compensatórios.....	349
3.6.	O desequilíbrio econômico.....	350
3.6.1.	O desequilíbrio perene.....	352
3.6.2.	O desequilíbrio transitório.....	356
3.6.3.	A posição econômica dos cônjuges ou companheiros...	360
3.6.4.	Os pressupostos dos alimentos compensatórios humanitários.....	362
3.6.4.1.	O acordo dos cônjuges ou conviventes.....	363
3.6.4.2.	A idade e o estado de saúde.....	366
3.6.4.3.	A qualificação profissional e a expectativa de trabalho.....	367
3.6.4.4.	A dedicação passada e futura.....	368
3.6.4.5.	A colaboração do consorte no trabalho do parceiro.....	372
3.6.4.6.	A duração da convivência.....	376
3.6.4.7.	A perda eventual de pensão alimentícia....	378
3.6.4.8.	Qualquer outra questão relevante.....	379

3.7.	O caráter indenizatório dos alimentos compensatórios.....	380
3.7.1.	O enriquecimento sem causa.....	384
3.7.2.	Tratamento tributário da pensão compensatória.....	386
3.7.3.	Sua cumulação com a pensão alimentícia.....	391
3.7.4.	Atualização monetária da pensão compensatória.....	392
3.7.5.	A transmissão dos alimentos compensatórios.....	393
3.8.	Revisão e extinção dos alimentos compensatórios.....	396
3.8.1.	Revisão judicial.....	400
3.8.2.	Revisão retroativa.....	400
3.8.3.	Exoneração e extinção dos alimentos compensatórios..	403
3.8.4.	Recasamento do credor.....	403
3.8.5.	Enriquecimento do credor.....	404
3.8.6.	Morte do devedor.....	405
3.8.7.	Morte do credor.....	406
3.9.	Execução dos alimentos compensatórios.....	407
3.9.1.	Coação pessoal.....	409
3.9.2.	Teses contrárias à prisão civil por alimentos compensatórios.....	411
3.9.3.	Teses favoráveis à prisão civil por alimentos compensatórios.....	419
3.9.4.	Coação patrimonial.....	421
3.9.5.	Cumprimento provisório e caução.....	422
3.9.6.	Alternativas executivas.....	428
3.9.7.	Prescrição dos alimentos compensatórios.....	432
	Referências Bibliográficas.....	435
	Índice Alfabético-Remissivo.....	451